

RICARDO RÜPPELL PARANÁ JÚNIOR

A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA NO PERÍODO 2001-2008

**Monografia apresentada ao curso
Ciências Econômicas, do Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito para conclusão de curso.**

Orientador: Nilson Maciel de Paula

**CURITIBA
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

RICARDO RÜPPELL PARANÁ JÚNIOR

A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA NO PERÍODO 2001-2008

Monografia apresentada ao curso Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para conclusão de curso.

Orientador:



Prof. Nilson Maciel de Paula
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Fábio Dória Scatolin
Departamento de Economia, UFPR



Prof. José Gabriel Porcile Meirelles
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 30 de junho de 2010

RESUMO

Com a abertura comercial brasileira na década de 90 e a entrada da China na OMC, houve um aumento significativo do fluxo comercial entre Brasil e China. Embora apresentando comportamentos divergentes de suas relações multilaterais, estes países caracterizam uma relação tipicamente inter-industrial, apontando o Brasil como exportador de produtos básicos e importador de manufaturados. O presente trabalho tem como objetivo expor as evidências mais relevantes do comércio sino-brasileiro durante o período 2001-2008, analisando a evolução e os determinantes que influenciam o padrão comercial. A partir da verificação de dados por fator agregado do comércio, desenvolve-se o trabalho ressaltando os principais aspectos da relação. Confirmando a característica inter-industrial da relação – revelando evidências das teorias convencionais de comércio internacional – o trabalho também aponta a importância de fatores associados ao comércio intra-indústria.

Palavras-chave: Brasil e China. Comércio inter-industrial.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 3.1 – VALOR TOTAL DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA.....	17
GRÁFICO 3.2 – COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA POR FATOR AGREGADO – 1989 A 2000.....	18
GRÁFICO 3.3 – COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DA CHINA POR FATOR AGREGADO – 1989 A 2000.....	19
GRÁFICO 4.1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO PARA O RESTO DO MUNDO.....	21
GRÁFICO 4.2 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO DO RESTO DO MUNDO.....	23
GRÁFICO 4.3 – EXPORTAÇÕES CHINESAS POR FATOR AGREGADO PARA O RESTO DO MUNDO.....	24
GRÁFICO 4.4 – IMPORTAÇÕES CHINESAS POR FATOR AGREGADO DO RESTO DO MUNDO.....	25
GRÁFICO 5.5 - BALANÇA COMERCIAL BRASIL-CHINA – 2000 A 2007.....	30
GRÁFICOS 5.6 E 5.7 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA POR FATOR AGREGADO – 2001 E 2008.....	33
GRÁFICOS 5.8 E 5.9 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DA CHINA POR FATOR AGREGADO – 2001 E 2008.....	35

LISTA DE QUADROS

QUADRO 4.1 – IMPORTAÇÕES CHINESAS DE COMBUSTÍVEIS E PRODUTOS MINERAIS DO RESTO DO MUNDO.....	25
QUADRO 4.2 – ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA DO BRASIL EM RELAÇÃO À CHINA – 2001 A 2008.....	26
QUADRO 4.3 – ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA DA CHINA EM RELAÇÃO AO BRASIL – 2001 A 2008.....	27
QUADRO 4.4 - COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DOS PRODUTOS QUE O PAÍS TEM VCR - MÉDIA DO TRIÊNIO 1999-2001 - PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EXPORTADO (%).....	28
QUADRO 5.5 – ÍNDICE DE GRUBEL & LLOYD DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA POR FATOR AGREGADO – 2001 A 2008.....	36

LISTA DE SIGLAS

APEX-BRASIL	– Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
CBERS	– China-Brazil Earth Resource Satellite
CINDES	– Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento
CNI	– Confederação Nacional da Indústria
FOB	– Free On Board
IDE	– Investimento Direto Estrangeiro
NCM	– Nomenclatura Comum do MERCOSUL
OMC	– Organização Mundial do Comércio
PIB	– Produto Interno Bruto
P&D	– Pesquisa e Desenvolvimento
SECEX	– Secretaria de Comércio Exterior
UNCTAD	– United Nations Conference on Trade and Development
VCR	– Vantagens Comparativas Reveladas
ZEE	– Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL DE ANÁLISE.....	10
3. ANTECEDENTES DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA.....	16
4. PARTICIPAÇÃO DE BRASIL E CHINA NO COMÉRCIO MUNDIAL.....	21
5. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA.....	30
6. DETERMINANTES DO COMÉRCIO.....	38
7. CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

Brasil e China são marcados por economias emergentes no cenário internacional, embora com trajetórias distintas de desenvolvimento nos últimos anos. O contínuo crescimento econômico chinês repercutiu num aumento considerável do fluxo comercial deste país com o resto do mundo. No entanto, o padrão de comércio que se formou nas trocas com o Brasil apresentou no período recente características nitidamente inter-industriais. Dessa forma, a questão central a ser analisada neste trabalho está ligada às trajetórias divergentes que Brasil e China apresentaram no comércio internacional e sua relação com as estratégias de desenvolvimento industrial adotadas por esses países.

Evidências nesse sentido se tornam mais claras com uma intensificação do comércio bilateral após 2001 quando a China passa a integrar a Organização Mundial do Comércio (OMC) – período em que ocorre um crescimento do valor comercializado. Entretanto, há um comportamento específico da relação Brasil-China que diverge do padrão predominante no comércio destes países com outras nações. Diante da necessidade de explicar tais particularidades, o objetivo deste trabalho é identificar a evolução do padrão de comércio entre Brasil e China, assim como entender os fatores que caracterizam e determinam o padrão comercial. Deste modo, serão analisadas as evoluções do comércio destes países com outras nações do mundo, assim como da relação bilateral no período de 2001 a 2008.

Para tanto, o trabalho foi dividido em cinco partes. O capítulo 2 contém o referencial teórico, através do qual são resgatadas as principais correntes teóricas e instrumentos utilizados para caracterizar o comércio internacional. No capítulo 3, é traçada uma evolução histórica da relação comercial entre Brasil e China com destaque para os principais acontecimentos e características do período pós 1989. No capítulo seguinte são apresentadas as evidências empíricas destes países no comércio mundial. No capítulo 5 é analisada a inserção de Brasil e China, e sua relação bilateral. Através da análise das séries de valores comercializados, foi possível caracterizar o padrão comercial predominante durante o período. Com o objetivo de entender os fatores que explicam as características da relação, são evidenciados os determinantes do comércio no capítulo 6. Por fim, com base na

evolução da relação além do padrão identificado, são discutidas as perspectivas para o comércio entre Brasil e China para os próximos anos.

2. REFERENCIAL DE ANÁLISE

As teorias de comércio, embora não expliquem todas as evidências das relações comerciais no mundo, são fundamentais para sua análise. A teoria ricardiana das vantagens comparativas pressupõe que o comércio entre dois países pode beneficiar ambos, mesmo que um deles produza com maior eficiência todas as mercadorias comercializadas. De acordo com Ricardo, um país não precisa necessariamente possuir vantagem absoluta na produção de um bem para que o comércio entre este e outro país seja mutuamente benéfico. A teoria das vantagens absolutas, de Adam Smith, pressupunha uma maior eficiência na produção ou uma redução do trabalho, já que o único fator de produção considerado era a mão-de-obra. No modelo ricardiano, o comércio internacional também se deve somente a diferenças internacionais na produtividade do trabalho. Entretanto, Ricardo elaborou sua teoria estudando dois produtos, permitindo uma análise de custo relativo, diferenciando-se da obra de Smith.

Isso fez com que a interpretação neoclássica das vantagens comparativas utilizasse o ferramental microeconômico do custo de oportunidade para identificar as especializações dos países no comércio internacional. Assim, a referência ao valor trabalho é descartada nas revisões posteriores da teoria original de Ricardo. Nos termos de revisão neoclássica do modelo ricardiano, *custo de oportunidade* implica numa escolha renunciada ou perdida. Para KRUGMAN and OBSTFELD (1993), o custo de oportunidade de um bem 'x' em relação a um bem 'y', é o número de 'y' que poderia ser produzido com os recursos utilizados para produzir um determinado número de 'x'. A partir deste conceito, pode-se dizer que um país detém vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade de sua produção em relação aos demais é mais baixo nesse país do que em outros.

Dessa forma, Ricardo afirma que se cada país exportar produtos em que possui vantagem comparativa, então o comércio internacional será benéfico para ambos. De acordo com a teoria, os países se especializam nos bens que produzem relativamente melhor, reduzindo assim a quantidade de bens diferentes produzidos internamente. Ainda sem considerar características naturais dos países, o modelo ricardiano tinha como única justificativa da especialização dos países a diferença de produtividade do trabalho. Embora com muitas ressalvas e omissão de fatores que

influenciam diretamente no comércio internacional, o modelo de Ricardo é coerente tendo em vista o pressuposto de que os países tendem a exportar bens em que possuem produtividade relativamente mais alta.

Todavia, considerando a evolução subsequente da teoria econômica e das relações internacionais de comércio, o modelo de Ricardo revelou alguns equívocos, como apontado pelo desenvolvimento da literatura sobre comércio, especialmente após os anos de 1960. Primeiramente, o modelo previa um grau extremo de especialização, não observado nas evidências empíricas do comércio. Os países não limitam todos os seus recursos e ações à produção de um produto exclusivamente. Além disso, o modelo supõe que não há efeito do comércio internacional na distribuição de renda dentro dos países já que o autor parte da hipótese de rendimentos constantes de escala. Desta forma, a produtividade dos fatores seria inalterável, o que não se concretiza no comércio real. Como os recursos não se movem sem custos de uma indústria para outra, além de cada indústria demandar diferentes fatores de produção, o comércio não é totalmente benéfico para todos os segmentos da economia, como previa Ricardo. Adicionalmente, o modelo não reconhece a influência das diferenças de recursos das nações como causas do comércio, a qual se constitui o núcleo da teoria desenvolvida por Heckscher e Ohlin em 1933. Por fim, outra crítica se refere ao fato do modelo ricardiano não levar em consideração o papel das economias de escala, segundo constatação das teorias desenvolvidas a partir da década de 1960.

Segundo o modelo de dotação de fatores, o comércio é explicado através das dotações relativas de fatores e diferenciais de custos de produção resultantes do grau de intensidade de seu uso. Neste modelo, um país que possui mais tecnologia, trabalho, recursos naturais ou capital, terá vantagem na produção e exportação da mercadoria que exija utilização intensa do fator abundante. Historicamente, os países dispõem de um fator de produção, o qual usado intensivamente proporciona maior eficiência através das características próprias da nação. Sendo assim, os países exportam bens intensivos nos fatores cuja oferta é mais significativa. A teoria sugere que o comércio será mais intenso entre países com dotações relativas de fatores diferentes.

A teoria da dotação de fatores dominou por muito tempo as explicações sobre o comércio entre os países, o qual reflete um padrão tipicamente inter-indústria, segundo o qual o intercâmbio de bens se dá entre diferentes setores de atividade.

Todavia, há uma grande diferença entre as previsões propostas na teoria e a realidade do comércio internacional, como se configurou no pós II guerra mundial. Diante da necessidade de elaborar novas hipóteses para explicar o comércio – já que diversos países semelhantes em termos de renda, população, tecnologia, etc. passaram a comercializar mais significativamente entre si - alguns autores destacaram a importância de economias de escala e diferenciação de produtos para entender o fluxo comercial global.

As transformações da economia mundial através da maior mobilidade de capital e trabalho e do maior desenvolvimento industrial das nações impactaram fortemente o comércio internacional. Conseqüentemente, os países passaram a comercializar não mais em função de suas diferenças, mas de suas semelhanças estruturais. Como resultado, o padrão de comércio intra-industrial ganhou destaque nas trocas internacionais. O comércio intra-indústria é definido pela exportação e importação de produtos de um mesmo segmento industrial entre dois ou mais países e pode ser calculado através do índice de Grubel e Lloyd (Grubel & Lloyd, 1975):

$$Bi = (Xi + Mi) - |Xi - Mi| / (Xi + Mi)$$

Onde B_i corresponde ao índice de sobreposição das trocas entre os países analisados. X_i e M_i referem-se às exportações e importações do país da indústria i . O índice varia de 0 a 1 e apresenta o grau de comércio inter e intra-industrial na relação. Se for zero, o comércio é inter-industrial, refletindo a especialização internacional e as vantagens comparativas. Caso o índice seja um, tal valor representa uma igualdade no valor das exportações e importações de cada bem da indústria i , traduzindo-se em um país importador e exportador de produtos da mesma indústria.

Outro aspecto a ser ressaltado é a questão da agregação dos dados. Se as informações estiverem muito agregadas, pode haver uma sobre-estimação do índice, revelando um comércio intra-indústria significativo. Da mesma forma, a utilização de dados muito desagregados subestima o índice, separando produtos que competem a uma mesma indústria, indicando um baixo comércio intra-industrial (VASCONCELOS, 2003).

O comércio intra-indústria foi analisado por diversos autores, e não apresenta uma resposta singular para determinar sua existência. Para HELPMAN (1981) e

KRUGMAN (1981), entre outros autores, as relações intra-industriais são consequência de economias de escala e mercados de concorrência imperfeita. Com o livre comércio, há a possibilidade de especialização em determinados bens sem reduzir o consumo de outros produtos. Com as economias de escala, há uma redução dos custos médios com o aumento da produção, fazendo com que cada país se especialize em poucos bens, importando o restante. Em função dos consumidores demandarem todas as variedades, o comércio possibilita o aproveitamento das economias de escala sem sacrificar a variedade de bens disponibilizados ao consumo.

A partir da redução de custos, cada país se especializará em uma indústria, o que possibilita um aumento da produção e conseqüente diferenciação em seu produto, quebrando o modelo de concorrência perfeita. Desta forma, outros países tendem a agir da mesma maneira, proporcionando uma continuidade do comércio dentro da mesma indústria, já que os produtos são diferenciados (GREENAWAY & WINTERS, 1994).

Para autores como BALASSA (1996) e BERGSTRAND (1991), além da concorrência imperfeita e economias de escala, outras características dos países como igualdade de renda, nível de desenvolvimento econômico e de tarifas são determinantes importantes que influenciam o comércio intra-industrial. De acordo com Balassa (1996), as relações intra-industriais são mais relevantes em países desenvolvidos, enquanto em países em desenvolvimento há uma predominância do comércio inter-industrial. Ainda segundo o autor, um alto nível de liberalização comercial influi fortemente no aumento do comércio intra-industrial, assim como uma proximidade geográfica proporciona uma intensificação das relações comerciais. O comércio intra-indústria é mais observado em produtos manufaturados comparados aos produtos básicos. Isto porque produtos mais sofisticados são mais suscetíveis às economias de escala e mais facilmente diferenciados para o consumidor final.

A intensidade do comércio intra-industrial também está diretamente relacionada à semelhança do PIB e PIB *per capita* entre dois países. Para HELPMAN (1987), quanto maior a similaridade destes indicadores, mais intenso seria o comércio intra-industrial. Além do PIB, a estrutura de demanda dos países também teria significativo impacto na determinação do padrão comercial. Com níveis de renda *per capita* parecidos, haveria uma maior parcela de demanda coincidente entre os países, o que ocasionaria um comércio mais intenso (LINDER, 1961). Com

rendas *per capita* mais elevadas, há um maior nível de complexidade e qualidade caracterizando a demanda, fazendo com que o comércio intra-indústria seja maior para estes países.

Para alguns autores, os benefícios advindos do comércio intra-industrial podem ser resumidos em dois aspectos. Em primeiro lugar, os ganhos auferidos de um melhor aproveitamento das economias de escala em decorrência da diminuição dos custos unitários com o crescimento da produção. O outro benefício se refere aos ganhos que os consumidores têm com uma maior variedade de produtos diferenciados dentro de cada indústria. Todos os fatores de produção podem ganhar com o comércio intra-industrial, desde que ambos os países sejam semelhantes nas dotações relativas de fatores (KRUGMAN & HELPMAN, 1985).

Além das economias de escala internas para explicar o comércio intra-indústria, as economias externas também são fundamentais. Estas, diferentemente das internas (que estão relacionadas com o tamanho das firmas), estão relacionadas com o tamanho da indústria. Em se tratando deste aspecto, Alfred Marshall observou que conglomerados de firmas podem ser mais eficientes que uma firma isolada. Isto porque essa proximidade permite que ocorram três fatores: fornecedores especializados, mercado comum de trabalho e vazamentos de conhecimento. Com firmas próximas umas das outras, há a possibilidade de um mercado só ser suficiente para ofertar matérias-primas, insumos, serviços e equipamentos especializados. Através do mercado comum de trabalho, empregadores são beneficiados reduzindo custos, e trabalhadores obtêm ganhos com a oferta constante de trabalho. Por fim, tais aglomerações permitem um transbordamento de conhecimento de técnicas e métodos, além de um acompanhamento de tecnologias e inovações recentes que pode trazer vantagens à indústria (MARSHALL, 1890). As economias externas são importantes para o comércio intra-industrial porque adicionam vantagens a indústrias que possuem diversas firmas aglomeradas através da redução de custos.

Determinante na explicação do comércio intra-indústria, a diferenciação de produtos é consequência da inovação tecnológica. Este é outro aspecto fundamental na análise, podendo definir o padrão de comércio de um país no mercado internacional. Através de um significativo avanço em inovações, um país pode construir uma vantagem comparativa sem depender de suas características históricas ou naturais. Embora ser o primeiro possa parecer extremamente

vantajoso, outros países podem acompanhar esta mudança tecnológica posteriormente por meio de um aprendizado ou até mesmo imitando o país pioneiro (*catching up*). Desta forma, percebe-se uma grande competitividade em torno de inovações tecnológicas que geram produtos diferenciados aumentando o comércio intra-indústria (DOSI, PAVITT & SOETE, 1990).

A partir das teorias convencionais de comércio, conceitos de economias de escala, diferenciação de produtos e outros fatores citados que influenciam no padrão de comércio, percebe-se que a relação entre Brasil e China não pode ser explicada por somente uma linha de análise. Embora essencial para explicar alguns setores do comércio entre os dois países, o modelo ricardiano de vantagens comparativas e a teoria da dotação de fatores reflete somente uma parcela desta relação. O comércio intra-indústria e todas as suas variáveis explicativas têm papel muito importante nesta análise. Entretanto, Brasil e China apresentam complexidades e influências não só das teorias convencionais de comércio internacional e do comércio intra-indústria, mas também de políticas macroeconômicas e ações governamentais que por muitas vezes restringem (ou estimulam) o comércio realizado entre os dois países.

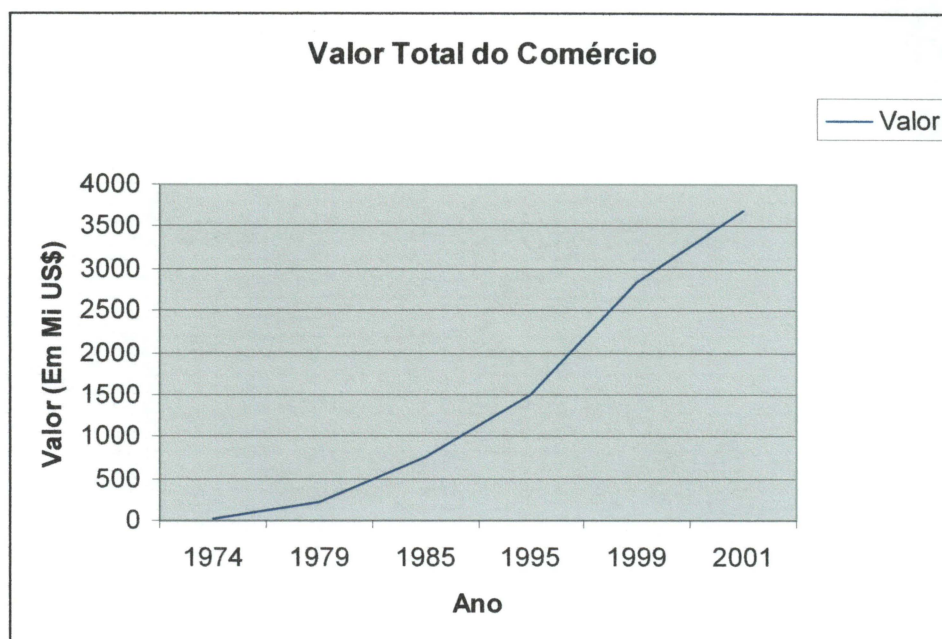
3. ANTECEDENTES DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CHINA

A República da China foi proclamada em 1911 por Sun Yatsen e em 1914, o Brasil já havia instalado uma missão diplomática no país asiático. Até 1949, ano em que foi proclamada a Nova República Popular da China, as relações sino-brasileiras não passaram muito além de contatos diplomáticos. Com o golpe militar brasileiro em 1964, uma missão comercial chinesa foi detida no Brasil fazendo com que a aproximação iniciada no começo da década de 60, após a missão comercial enviada à Pequim, liderada pelo então vice-presidente João Goulart, fosse interrompida.

Somente 10 anos depois, em agosto de 1974, o então presidente Ernesto Geisel, reata relações diplomáticas com a China. Em função de ambos os países serem economias em desenvolvimento, as relações no âmbito político evoluíram de forma satisfatória. Ambos os estados, valorizavam um sistema internacional multipolar que defendesse um ordenamento multilateral sob a proteção das Nações Unidas, para que temas globais como a segurança internacional, o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente fossem tratados de forma transparente e democrática. Foram Estados que na maior parte das vezes, tomaram as mesmas decisões, posicionando-se da mesma forma em defesa dos países em desenvolvimento. Na década de 1980, foi desenvolvido o programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), visando produzir satélites para a observação de recursos terrestres (áreas ambientais, urbanas e agrícolas) com recursos e tecnologias dos próprios países. Tal programa constata a força dos laços entre brasileiros e chineses, aprofundando a cooperação técnico-científica. Iniciativa bem sucedida, fortaleceu as relações entre Brasil e China.

Embora o comércio bilateral tivesse apresentado entre 1974 e 1990 um crescimento moderado entre os dois países, a abertura brasileira ao mercado internacional no início da década de 90, aliada às reformas econômicas na China – possibilitando uma maior inclusão chinesa no mercado internacional - intensificou as relações bilaterais de comércio entre Brasil e China. Durante a década de 1990, esse processo ganhou um dinamismo muito maior, percebendo-se um crescimento acelerado das trocas entre os dois países.

GRÁFICO 3.1 – VALOR TOTAL DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA



FONTE: Estatísticas da Alfândega Chinesa publicadas em br.china-embassy.org/por/ -
Elaboração própria

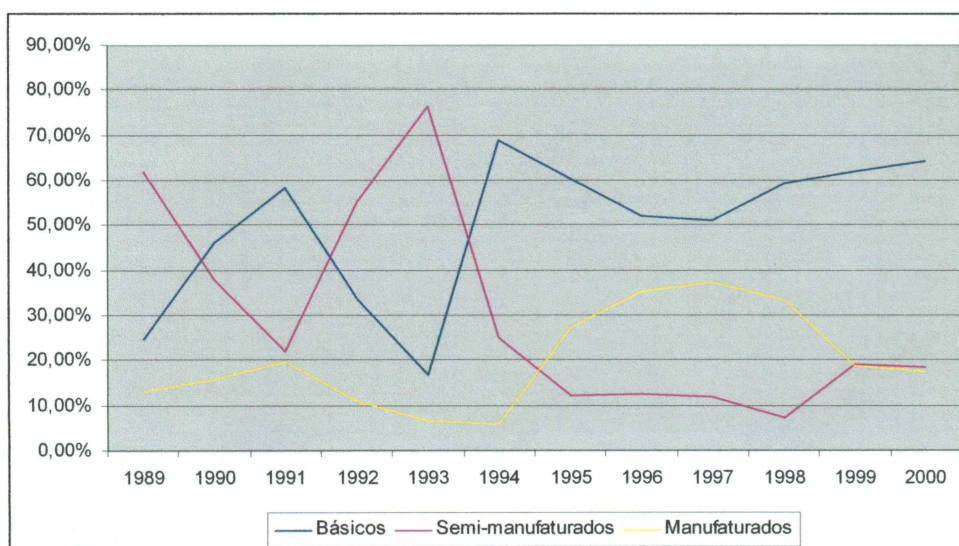
O ano de 1974, em que os países estabeleceram relações diplomáticas, apresentou o valor total do comércio de US\$ 17,42 milhões. Em 2001, ano em que a China entra para a OMC, o total do comércio já atingia US\$ 3,698 bilhões, sendo 211 vezes maior que o computado em 1974.

A partir dos anos 90, Brasil e China aumentaram o seu grau de vinculação à economia internacional, porém suas trajetórias macroeconômicas apresentaram grandes divergências. Enquanto o Brasil experimentava um quadro de “stop and go” sem conseguir repetir por mais de 2 anos consecutivos taxas de crescimento superiores à 5%, a economia chinesa apresentou um crescimento contínuo extremamente significativo do PIB, através de forte intervenção estatal e expansão das exportações impactando em altas taxas de investimento.

No período 1990-2003, as exportações chinesas cresceram em média 2,5 vezes mais do que a média global. A economia brasileira por sua vez, adotou uma âncora cambial baseada na valorização da moeda entre os anos de 1994 e 1998, conseguindo crescer apenas a taxas semelhantes ao resto do mundo.

A China ainda vem realizando um *upgrade* de suas exportações. Segundo relatório da fundação Friedrich Ebert-Stiftung, em 2004, 91% das exportações totais chinesas foram de produtos manufaturados, e 25% refletia bens intensivos em tecnologia. O Brasil por sua vez, apresentou suas exportações de manufaturados na casa dos 52%, sendo 12% intensivos em tecnologia. O país sul-americano, na década de 90, preocupado exclusivamente em auferir saldos positivos na balança comercial, independente dos produtos exportados, aproveitou suas vantagens comparativas investindo no processo de primarização e exportação de *commodities*. Tal processo concretizou a característica das exportações brasileiras - fundamentada em produtos básicos - principalmente para a China, que já apresentava indústrias de forte concorrência nos mercados de produtos intensivos em inovação e tecnologia, sem enxergar no Brasil um parceiro comercial atraente para os manufaturados.

GRÁFICO 3.2 – COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA POR FATOR AGREGADO – 1989 A 2000

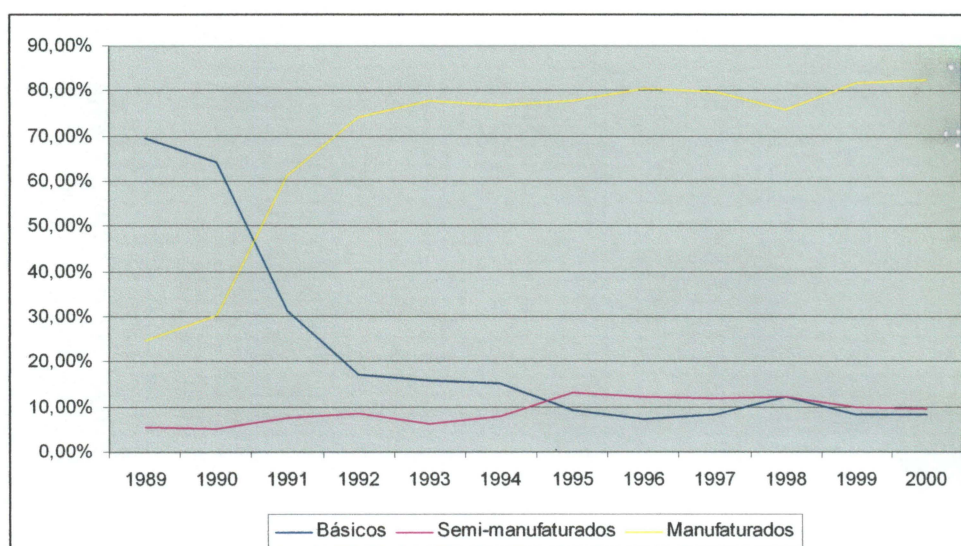


FONTE: Alice Web – Elaboração própria

De acordo com o gráfico acima, a composição das exportações brasileiras oscilou significativamente no período. Embora em 1991 os produtos básicos já representassem a maior parcela das exportações para a China, percebe-se uma instabilidade na participação destes produtos, muitas vezes aumentando em

detrimento da exportação de semi-manufaturados, que em 2003 atingem seu ápice, voltando a cair no ano seguinte. Produtos manufaturados por sua vez, representavam uma pequena parcela das exportações, de forma similar ao que acontece nos dias de hoje.

GRÁFICO 3.3 – COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DA CHINA POR FATOR AGREGADO – 1989 A 2000



FONTE: Alice Web – Elaboração própria

Diferentemente das exportações brasileiras para a China, as importações revelam uma inversão na participação dos produtos. Com forte predominância de produtos manufaturados na pauta de importação atual, em 1989, estes produtos correspondiam a somente 25% do total. Da mesma maneira, a importação de produtos básicos, hoje praticamente insignificante era de quase 70% naquele ano. Nesse sentido, a abertura comercial brasileira – a partir da década de 1990 - impacta no padrão de comércio sino-brasileiro. A partir deste período, percebe-se uma mudança nas participações das importações oriundas da China, refletindo um modelo que permanece em vigor até os dias de hoje, segundo o qual há um predomínio de importação de manufaturados.

Segundo um estudo divulgado pela UNCTAD em 2003, “Capital Accumulation Growth and Structural Change, in: Trade and Development Report 2003”, a abertura comercial no Brasil não trouxe a desindustrialização, mas impediu que o país

diversificasse sua base industrial. Com o aumento do fluxo de importações e exportações, investimentos em pesquisa e tecnologia não detiveram a devida importância em detrimento de uma priorização das aplicações para o setor de produtos básicos. Tal acontecimento impediu que o Brasil se tornasse um competidor mais significativo nos setores mais dinâmicos do comércio internacional. Já a China, foi classificada como uma nação de industrialização rápida, que transformou estruturalmente sua base produtiva através de forte intervenção estatal.

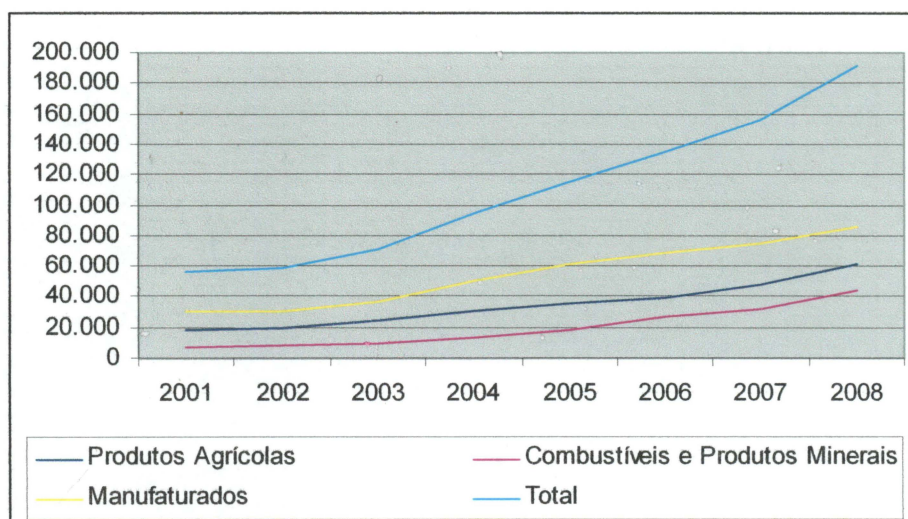
Ainda nos aspectos macroeconômicos, a China manteve o crescimento de IDE (Investimentos Direto Estrangeiros) após o ano de 2000. Os fluxos de IDE para a China representaram 9,6% do total mundial em 2003, enquanto o Brasil - novamente seguindo o padrão da economia internacional - não conseguiu evitar uma desaceleração. Por consequência de um baixo crescimento econômico e do fim do programa de privatizações, os IDEs no Brasil responderam por apenas 1,8% do total no mesmo período. Diante de elevados déficits em transações correntes e endividamentos externos, o Brasil enfrentou dificuldades em expandir os IDEs no país até 1999. A China por sua vez, tirando proveito de suas altas taxas de crescimento durante a década de 90, destacou-se por incrementar suas reservas.

Enquanto o Brasil presenciou alterações ríspidas nas taxas de crescimento e investimento em função da volatilidade cambial, a China ampliou sua capacidade produtiva se utilizando de exportações e de IDE, promovendo suas indústrias locais.

4. PARTICIPAÇÃO DE BRASIL E CHINA NO COMÉRCIO MUNDIAL

A inserção do Brasil nos mercados mundiais, marcada tradicionalmente pela exportação de *commodities*, evoluiu nas últimas décadas na direção de produtos industrializados. Nessa trajetória a participação de produtos agrícolas na sua pauta de exportação se manteve em torno de 32% entre 2001 e 2008, sem sofrer grandes oscilações. Nota-se, entretanto, um grande aumento na pauta de exportação de produtos minerais e combustíveis. De acordo com a OMC, em 2001, combustíveis e produtos minerais correspondiam a 13% (US\$ 7 bi) do total exportado pelo Brasil, chegando em 2008 a 23% (US\$ 44 bi). Isso indica que os produtos homogêneos, de valor agregado relativamente baixo, são essenciais dentro da pauta de exportação brasileira. Embora com uma indústria nacional potente, setores industriais manufatureiros não têm conseguido traduzir sua complexidade produtiva em competitividade nos mercados externos, levando o país a depender fortemente da exportação de *commodities*.

GRÁFICO 4.1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO PARA O RESTO DO MUNDO (VALORES EM US\$ MILHÕES)



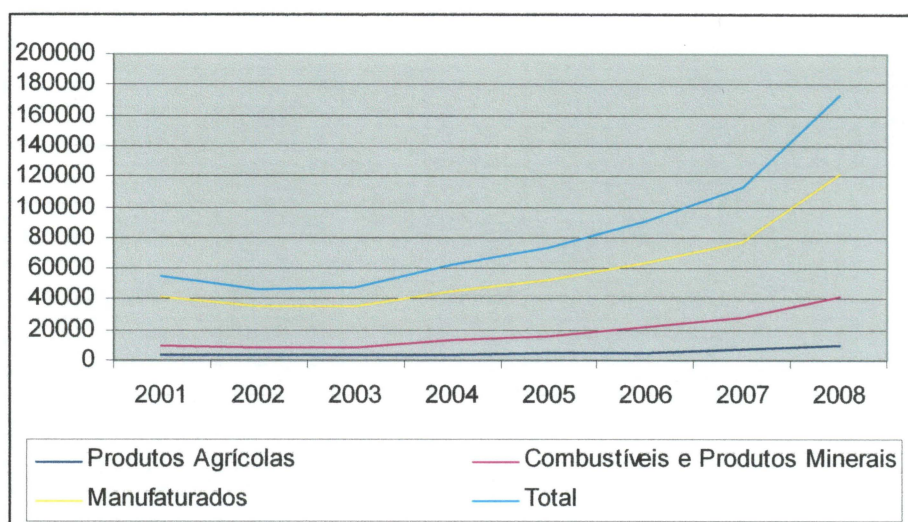
FONTE: OMC – Elaboração própria

No entanto, segundo publicação da “Indústria Brasileira em Foco”, realizada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), entre 1980 e 2008 o comércio internacional de manufaturas foi multiplicado por dez. As exportações brasileiras registraram desempenho parecido com o total mundial, embora apresentando taxas menores que as do mundo nesse período. Estas estatísticas se invertem a partir de 2000, quando as exportações brasileiras de manufaturados cresceram 191% contra 123% das exportações mundiais até 2008.

Embora tenha havido um aumento do valor exportado, a participação dos manufaturados na pauta de exportação brasileira vem caindo. A partir da análise dos dados da OMC, percebe-se que em 2001, os produtos manufaturados correspondiam a 55% das exportações brasileiras e após o ano de 2005, observa-se uma queda da participação, culminando em um total de 45% em 2008. Esta queda segue a tendência mundial, segundo a qual, o comércio de produtos manufaturados teve seu auge no final da década de 90 correspondendo a 74,9% do comércio mundial, reduzindo desde então.

As importações brasileiras do resto do mundo também apresentam um aumento nos valores totais de comércio no período 2001-2008. Diferentemente das exportações, aquelas apresentaram uma queda de 15% no ano de 2002. A partir de 2003, as importações retomaram o crescimento, alcançando em 2004 um aumento de 30% em relação ao ano anterior. Em 2008, as importações brasileiras já totalizavam quase US\$ 173 bi.

GRÁFICO 4.2 – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR FATOR AGREGADO DO RESTO DO MUNDO (VALORES EM US\$ MILHÕES)



FONTE: OMC – Elaboração própria

A participação de produtos agrícolas e manufaturados na pauta de importações pouco se alterou durante a série. Dos US\$ 55,5 bi importados em 2001, 76% eram referentes aos manufaturados. Em 2008, essa porcentagem caiu para 69% do total de US\$ 172,9 bi. Por outro lado, observa-se um crescimento das importações de produtos minerais e combustíveis, cuja participação saltou de 17% em 2001 para 24% em 2008. Importante destacar que para todas as categorias de produtos houve um aumento dos valores importados atingindo a partir de 2006, taxas de crescimento maiores que 30%. Os manufaturados, por sua vez, passaram de US\$ 77 bi em 2007 para US\$ 122 bi em 2008 chegando a uma taxa de 58%.

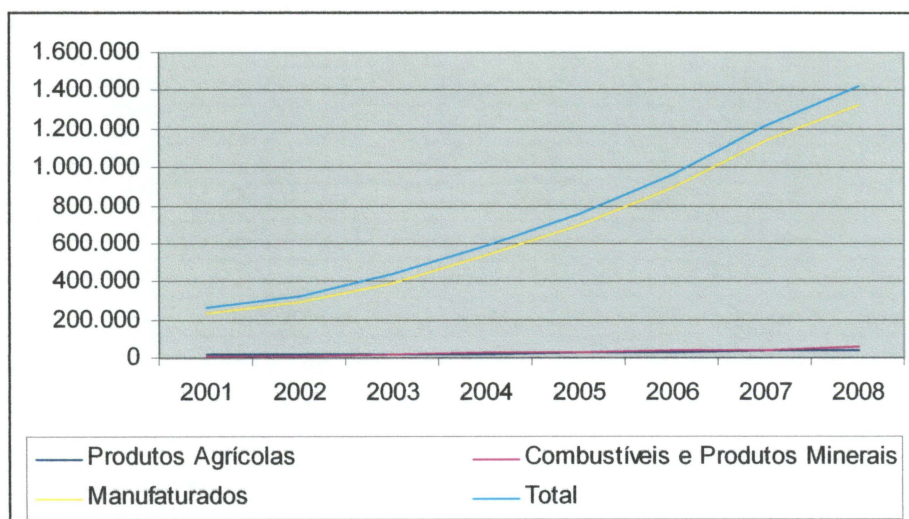
Sendo assim, a evolução positiva da balança comercial no período foi determinada por um lado pelo dinamismo da economia mundial, cujo crescimento estimulou o comércio global e por outro, pela diversificação dos mercados. Nesse sentido destaca-se a China, país que passou a integrar a OMC em 2001, cujo mercado tem se destacado nas relações comerciais com o Brasil.

As exportações chinesas apresentam altas taxas de crescimento em todos os setores, e impactantes valores comercializados se comparados ao Brasil. Segundo a OMC, o peso do comércio em relação ao PIB chinês de 2004 foi de 78,7%, enquanto para o PIB mundial, o comércio representou 56,2%. Enquanto a taxa de crescimento

média anual das exportações mundiais girou em torno de 9% entre os anos de 2000 e 2004, a chinesa ultrapassou 24%, comprovando sua competitividade nos mercados mundiais (OMC, International Trade Statistics 2006).

Durante o período 2001-2008, a China aumentou o valor de suas exportações em quase 500%, crescimento influenciado por uma pauta de exportação predominantemente composta por produtos manufaturados. Nesse mesmo período, a participação dos produtos minerais e combustíveis manteve-se constante. Os produtos agrícolas, por sua vez, tiveram uma pequena queda – 6% em 2001 para 3% em 2008 – dando lugar à exportação de manufaturados, carro chefe da pauta de exportação chinesa. Na década de 2000, os produtos manufaturados corresponderam a 90% das exportações da China, num valor que chegou a US\$ 1,3 trilhões em 2008.

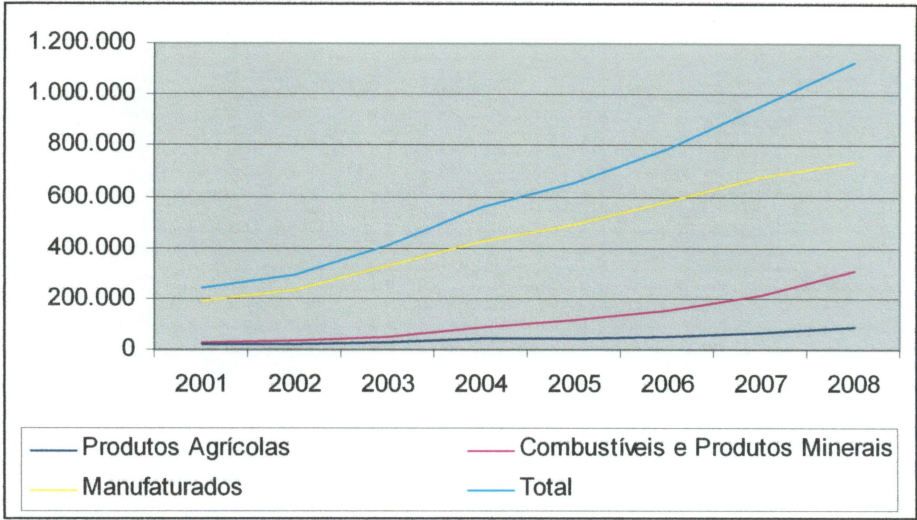
GRÁFICO 4.3 – EXPORTAÇÕES CHINESAS POR FATOR AGREGADO PARA O RESTO DO MUNDO (VALORES EM US\$ MILHÕES)



FONTE: OMC – Elaboração própria

No tangente às importações chinesas, destaca-se um comércio intra-industrial significativo já que em torno de 70% das quais correspondiam, em 2008, a produtos manufaturados.

GRÁFICO 4.4 – IMPORTAÇÕES CHINESAS POR FATOR AGREGADO DO RESTO DO MUNDO (VALORES EM US\$ MILHÕES)



FONTE: OMC – Elaboração própria

Observa-se uma taxa média de crescimento anual de importação de combustíveis e produtos minerias de 45% entre os anos de 2003 e 2008. De acordo com dados da *International Energy Agency*, a China foi responsável por quase um terço da demanda mundial de petróleo em 2005, o que pode explicar parte das altas taxas de crescimento nas importações de combustíveis. Por não possuir reservas de petróleo em território nacional, a China depende de países exportadores do produto para atender à demanda interna. Tal importação é fomentada pelas altas taxas de crescimento econômico evidenciadas nos últimos anos.

Importações chinesas	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Combustíveis e produtos minerais	52.422	89.153	119.612	158.273	210.620	306.871
Variação ano a ano (%)	50,01	70,07	34,16	32,32	33,07	45,70
Particip. na Pauta exportadora (%)	12,7	15,9	18,2	20,0	22,1	27,2

QUADRO 4.1 – IMPORTAÇÕES CHINESAS DE COMBUSTÍVEIS E PRODUTOS MINERAIS DO RESTO DO MUNDO (VALORES EM US\$ MILHÕES)

FONTE: OMC – Elaboração própria

Em 2001, a importação de produtos minerais e combustíveis era responsável por US\$ 31,8 bi – 13% do total importado. Com as altas taxas de crescimento da economia, esses produtos passaram a representar 27% da pauta de importação em 2008.

Mesmo com significativa trajetória de aumento do valor importado nos produtos agrícolas, este setor teve sua participação próxima de 7%. Segundo a OMC, a China teve como seu principal objetivo nos últimos anos, a importação de produtos intermediários e matérias-primas que pudessem ser processados e vendidos posteriormente como bens finais. A partir desta análise correlaciona-se a relação das importações chinesas com a indústria exportadora do país.

Com a intenção de determinar o grau de complementaridade e rivalidade entre os países, foi calculado o índice de vantagens comparativas reveladas – VCR, (Balassa, 1965).

$$VCR = (X_{ij} / X_{nj}) / (X_{it} / X_{nt})$$

Onde, “i” é o país analisado, “j” o produto ou indústria, “n” o país a ser comparado e “t” o total das exportações.

A partir do pressuposto de que a eficiência de um país pode ser identificada pelo seu desempenho no comércio internacional, a relação entre Brasil e China é refletida essencialmente por suas vantagens comparativas. No quadro abaixo é analisada a situação do Brasil frente à China, sendo o índice menor que uma unidade, indício de não existência de vantagem comparativa. Sendo superior a um, quanto maior o índice, maior a vantagem comparativa.

VCR	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agrícolas	5,19	5,65	6,68	8,00	8,06	8,74	9,72	10,80
Combustíveis e Minerais	2,55	3,36	3,39	3,18	4,00	4,93	6,01	5,96
Manufaturados	0,62	0,59	0,57	0,59	0,58	0,55	0,52	0,48

QUADRO 4.2 – ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA DO BRASIL EM RELAÇÃO À CHINA – 2001 A 2008

FONTE: OMC – Elaboração própria

A partir da análise do quadro 4.2 percebe-se a existência de vantagens comparativas brasileiras em produtos agrícolas e combustíveis/minerais. Os dados apresentam uma significativa vantagem brasileira nos produtos básicos, aumentando com o decorrer dos anos. Entretanto, o Brasil não apresenta vantagens comparativas reveladas no que se refere à exportação de produtos manufaturados.

VCR	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agrícolas	0,19	0,18	0,15	0,12	0,12	0,11	0,10	0,09
Combustíveis e Minerais	0,39	0,30	0,29	0,31	0,25	0,20	0,17	0,17
Manufaturados	1,62	1,69	1,74	1,71	1,73	1,82	1,94	2,07

QUADRO 4.3 – ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA DA CHINA EM RELAÇÃO AO BRASIL – 2001 A 2008

FONTE: OMC – Elaboração própria

Seguindo a metodologia de análise para o caso chinês, percebe-se um aumento das vantagens comparativas nos produtos manufaturados e enfraquecimento de produtos agrícolas e minerais simultaneamente. A vantagem brasileira em básicos e a vantagem chinesa em manufaturados é traduzida também na relação Brasil-China com o comportamento inter-industrial baseado nestas evidências do comércio multilateral.

<i>Intensidade de Fatores de Produção</i>	<i>Brasil</i>		<i>China</i>	
	<i>Número de produtos</i>	<i>Valor</i>	<i>Número de produtos</i>	<i>Valor</i>
Energéticos	0,8	1,6	0,7	2,4
Básicos	10,7	22,3	8,6	4,2
agrícolas	8,0	14,1	6,8	3,7
minerais	2,6	8,1	1,9	0,5
Semimanufaturados	29,2	33,1	18,6	6,8
de origem agrícola intensivo em trabalho	12,4	18,4	5,1	2,9
de origem agrícola intensivo em capital	2,9	7,5	0,8	0,7
de origem mineral	13,9	7,3	12,6	3,2
Manufaturados	59,3	42,9	71,5	86,5
intensivo em trabalho	15,7	9,0	42,4	45,4
intensivo em economias à escala	23,8	16,4	14,8	9,7
provedores especializados	11,7	7,3	7,0	10,6
intensivos em P&D	8,1	10,2	7,3	20,8
Não catalogados	0,1	0,0	0,5	0,1
Número de Produtos e Valor (US\$ milhões)	798	41.278	1.876	185.985

QUADRO 4.4 - COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DOS PRODUTOS QUE O PAÍS TEM VCR - MÉDIA DO TRIÊNIO 1999-2001 - PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EXPORTADO (%)

FONTE: CNI (Confederação Nacional da Indústria)

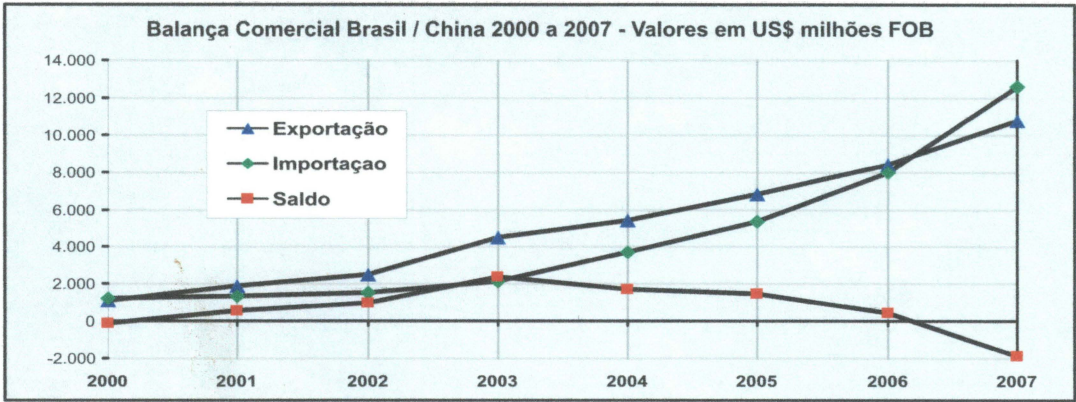
Através da análise do quadro acima, percebe-se que como competidores Brasil e China enfrentam-se no mercado internacional disputando espaço em diversos produtos. Aproveitando suas vantagens comparativas mais intensas, essa rivalidade pode ser verificada principalmente em manufaturados intensivos em trabalho e economias de escala, assim como intensivos em P&D. Aproximadamente 70% das exportações de ambos os países correspondiam a manufaturados, entre os intensivos em trabalho, destacando-se mobiliários, calçados e couros, e entre os intensivos em economias de escala como ferroligas e aços, pneumáticos e obras de pedras como o granito. Produtos semimanufaturados de origem mineral como silício e álcool etílico e de origem agrícola intensivos em trabalho tendo partes de frango congeladas e madeira como exemplo também revelaram uma forte competição entre as nações no triênio 1999/2001.

O Brasil destacou-se com competência no mercado comercializando os manufaturados intensivos em economia de escala. Em especial, materiais de transporte e laminados planos, perfilados e derivados de ferro e aço. Semimanufaturados de origem agrícola e mineral como alumínio, químicos e couro também tiveram grande importância. No que se refere à China, a exportação de vestuário é extremamente relevante tendo 46% do seu comércio girando em torno de produtos intensivos em trabalho, onde a indústria têxtil é primordial. Com menor destaque, manufaturados intensivos em pesquisa e desenvolvimento responderam por 21,5% das exportações da época, traduzindo o esforço que vinha sendo aplicado com aparelhos de processamento de dados, áudio e vídeo.

5. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BRASIL-CHINA

O comércio Brasil-China tem demonstrado significativo crescimento nos últimos anos. Somente as exportações brasileiras para a China aumentaram de US\$ 904,9 mi para US\$ 16.403 mi entre 1998 e 2008, segundo dados da câmara Brasil-China. A corrente de comércio entre os países - que se multiplicou por 10 entre 2001 e 2007 - nunca foi tão grande como nos últimos anos. Tanto as exportações, como importações brasileiras, cresceram consideravelmente impulsionando o volume de comércio bilateral. O gráfico abaixo retrata um período de superávit brasileiro na balança comercial até 2006, quando pela primeira vez na década, em 2007, o saldo torna-se negativo em função de um grande aumento das importações brasileiras em relação às exportações.

GRÁFICO 5.5 - BALANÇA COMERCIAL BRASIL-CHINA – 2000 A 2007 (VALORES EM US\$ MILHÕES FOB)



FONTE: Observatório Brasil-China - 2008

No ano de 2007, a China exportou para o Brasil cerca de US\$ 12,6 bi, enquanto importou US\$ 10,7 bi. Embora com saldo negativo na balança comercial, o Brasil deposita confiança no comércio com a China. Se comparado a 2001, quando o Brasil exportou em torno de US\$ 1,9 bi para a China, e teve um saldo superavitário de quase US\$ 600 milhões, o saldo negativo da balança comercial de 2007 precisa ser ponderado verificando-se que o enorme aumento do volume comercializado pode compensar tal déficit.

Além do aumento do volume comercializado, a participação da China nas importações brasileiras quintuplicou neste período. De acordo com dados do Observatório Nacional (CNI), em 2007, as importações oriundas da China correspondiam a 10,8% do total importado pelo Brasil, enquanto em 2001, estas representavam somente 2,2%. Da mesma forma, as exportações brasileiras para a China correspondiam em 2001 a 2% do total exportado, alcançando 6,6% em 2007.

O Brasil apresentou taxas de crescimento do comércio com a China quase duas vezes maiores que em sua relação comercial com o resto do mundo em 2007, reforçando o fato de a China ser o principal parceiro comercial do Brasil. Com o impacto da crise financeira internacional, e a greve da Receita Federal, as exportações brasileiras para a China tiveram um fraco desempenho no ano em questão se comparadas às importações daquele país. Mesmo aumentando em quase US\$ 6 bi no valor exportado, a balança comercial tornou-se deficitária para o Brasil. Em 2008, a China exportou para o Brasil cerca de US\$ 20 bi, fazendo com que o saldo da balança comercial apresentasse uma diferença de quase US\$ 4 bi. Isso pode ser explicado pela redução das importações brasileiras de diversos outros países, excluindo a China, que sofreu uma redução menor em suas exportações para o Brasil.

Com relação às exportações brasileiras para a China, percebe-se uma constante “primarização” e concentração da pauta exportadora em produtos básicos. Embora para o resto do mundo o Brasil consiga tornar a exportação de manufaturados sua principal estratégia, no comércio sino-brasileiro a dependência de produtos agrícolas e minerais é um fato consolidado. Nesse sentido, 64% do total exportado para a China é composto por minérios, escórias e cinzas (em especial o minério de ferro) e sementes e frutos oleaginosos e grãos (em especial a soja). Segundo dados da OMC, 80% das exportações brasileiras estiveram concentradas em produtos básicos, sendo 12% semimanufaturados e apenas 8% produtos manufaturados.

Desde 2001 o Brasil já apresentava uma forte concentração de produtos básicos em sua pauta de exportação. Em 2002, a China foi o principal destino tanto para as exportações de soja, correspondendo a 27,2% do total exportado, quanto de minério de ferro, representando 19,5% do todo. A China se vê na necessidade de importar grande quantidade de soja e óleo de soja em decorrência destes serem ingredientes essenciais na culinária chinesa. A entrada da China na OMC, em 2001,

gerou mudanças no cenário do mercado internacional de soja, já que o país é um importador significativo do produto. O ingresso na OMC limitou algumas das barreiras comerciais do governo chinês ao mercado doméstico possibilitando um maior acesso ao mercado da China. De acordo com estudos estatísticos publicados no site do Ministério da Fazenda, a importação de soja recaiu preferencialmente ao Brasil em decorrência da proibição dos transgênicos na época. Resistindo à utilização do produto, a China importava soja brasileira, que no ano de 2002 ainda não possuía transgênicos. Mesmo com a utilização deste no Brasil, acordos temporários certificavam a não utilização do produto nos alimentos e bens exportados para a China, garantindo alimentos 100% naturais para os consumidores chineses.

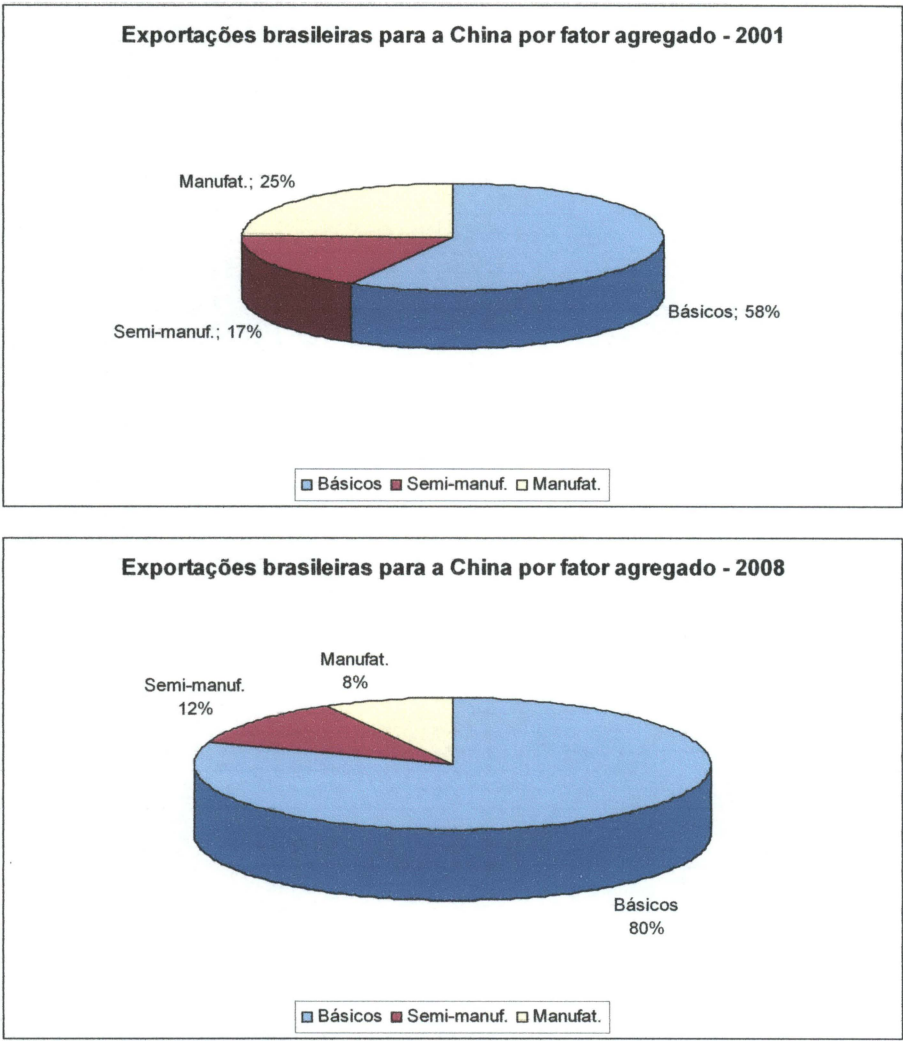
Tão importante quanto a soja, o minério de ferro tem um mercado respeitável na economia chinesa. Em função do modelo de crescimento chinês ser baseado no uso intensivo de tecnologia moderna e mão-de-obra barata, a demanda por minério de ferro é essencial, já que este é usado na fabricação de aço, fundamental em diversos processos produtivos da indústria chinesa. Entretanto, as minas de ferro no país fornecem um minério com baixo teor de ferro, o que possibilita ao Brasil auferir vantagens comparativas no produto. Empresas brasileiras como a “Vale do Rio Doce” e a “Rio Tinto” conseguem produzir grandes quantidade a baixo custo, fazendo do Brasil um significativo exportador do produto.

Além destes dois produtos, a exportação de combustíveis também contribuiu para o aumento da participação dos produtos básicos em detrimento, especialmente, dos produtos semimanufaturados. A venda de combustíveis expandiu expressivamente de 2006 para 2007, passando a ocupar a terceira posição na pauta de exportações, representando quase 10%. A China, como maior importador de petróleo do mundo, não tem o Brasil como seu principal fornecedor em decorrência do petróleo brasileiro não ser abundante o suficiente para satisfazer às necessidades chinesas. Além do fato de o país chinês importar petróleo majoritariamente da Índia e Arábia Saudita, com custo de transporte reduzido se comparado ao Brasil, aliado também à acordos preferenciais de comércio.

Nesse contexto é visível o processo de “recomoditização” nas exportações brasileiras para a China, embora haja um aumento considerável no volume exportado de todos os produtos no período 2001-2008, reflexo do crescimento da economia brasileira. Em 2001, o Brasil exportou US\$ 1,9 bi, sendo 58% de produtos

básicos e 25% de manufaturados chegando em 2008 a US\$ 16,4 bi. Deste valor, houve um grande aumento na participação de produtos básicos na pauta de exportação, assim como uma redução de semimanufaturados e manufaturados.

GRÁFICOS 5.6 E 5.7 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA POR FATOR AGREGADO – 2001 E 2008



FONTE: Alice Web – Elaboração própria

Sendo assim, o volume de comércio assegura um forte crescimento na relação comercial sino-brasileira, mas apresenta uma dependência do Brasil no que se refere às necessidades de importações da China. Com uma forte indústria nacional, e uma mão-de-obra extremamente numerosa e barata, o país chinês é

referência na produção de bens manufaturados, importando do Brasil produtos de baixo valor agregado, em sua maior parcela. Portanto, o comércio inter-industrial vem se tornando uma característica central dessa relação bilateral.

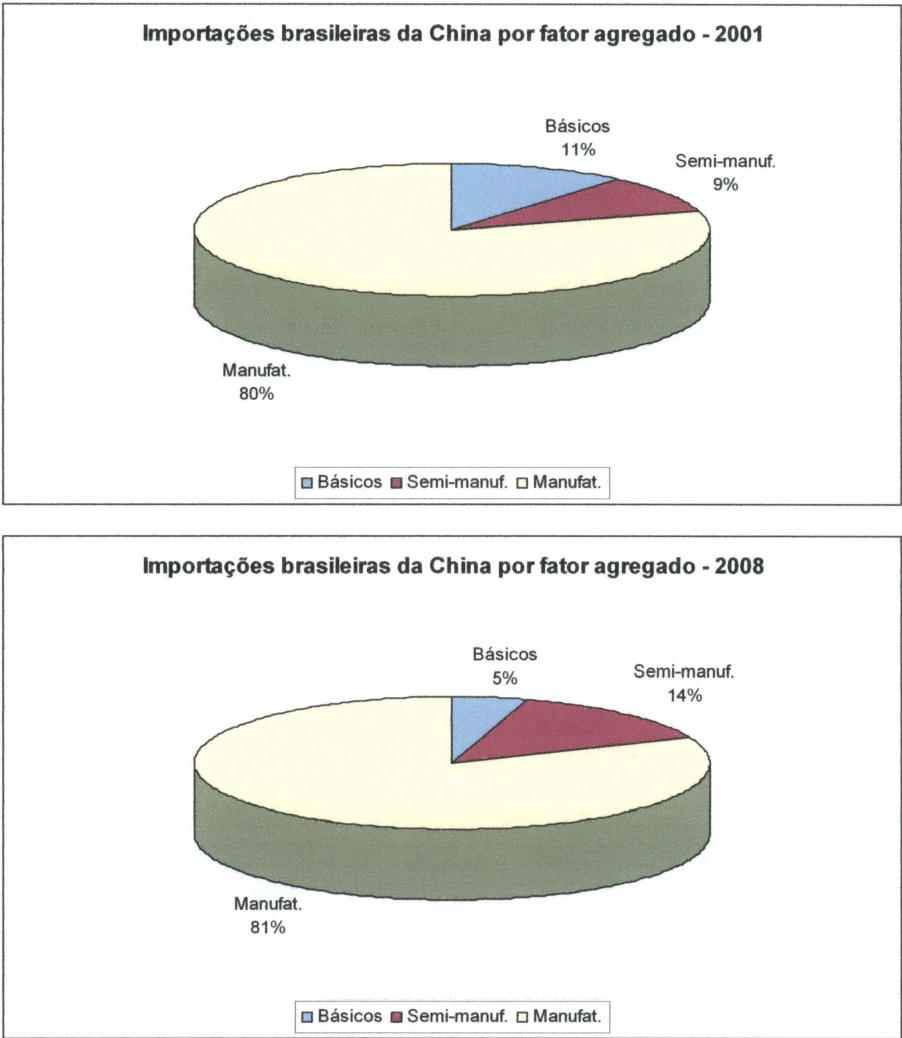
Importador de grande quantidade de manufaturados do resto do mundo, a China limita-se à importação de produtos básicos brasileiros. Dentre os produtos manufaturados brasileiros exportados para a China, bens intensivos em tecnologia como máquinas e aparelhos elétricos, de óptica, fotografia e materiais de transporte predominam na participação. Desta forma, tanto Brasil, como China, diferem de seus comportamentos comerciais com o resto do mundo em sua relação bilateral. A China, importadora substancial de manufaturados do resto do mundo, passa a importar cada vez mais básicos brasileiros. E o Brasil, embora também seja um significativo exportador de básicos para o resto do mundo, não consegue exportar manufaturados para os chineses da forma com que vende no comércio global.

De acordo com dados do Observatório Brasil-China, há uma tendência de estabilização de produtos brasileiros na pauta de importações chinesa. Do início da década até 2003, houve um crescimento expressivo, mas de 2006 até 2008 a participação estacionou representando aproximadamente 1,9% das importações daquele país. O Brasil em 2008 ocupava a 12ª posição entre os países exportadores para a China.

No tangente às importações brasileiras da China, há uma predominância de bens manufaturados, com maior valor agregado. De acordo com dados do SECEX, em 2007, em torno de 76% das compras brasileiras oriundas da China representaram aquisições de produtos direcionados à atividade produtiva. Sendo assim, tais importações corresponderam a bens de capital e matérias-primas. Desta forma o Brasil pode intensificar a indústria de base nacional produzindo bens consumidos internamente antes importados. Esta medida também permite uma maior competitividade no mercado internacional.

A importação de semimanufaturados e básicos é praticamente insignificante. A pauta de importações brasileira está amarrada fortemente aos produtos manufaturados. Em especial, à importação de bens de capital e produtos eletrônicos. Segundo o Observatório Brasil-China, estes representaram mais da metade das importações em 2008, e aumentaram suas participações consideravelmente desde 2005, quando correspondiam à cerca de 40%.

GRÁFICOS 5.8 E 5.9 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DA CHINA POR FATOR AGREGADO – 2001 E 2008



FONTE: Alice Web – Elaboração própria

A principal força impulsionando a importação de materiais eletro-eletrônicos provenientes da China é a estratégia das transacionais desse setor. Estas empresas utilizam da integração vertical, desenvolvendo produtos de uma cadeia produtiva e enviando os produtos para uma montadora em outro local. O Brasil possui empresas que recebem estes produtos da China. Um exemplo é a Phillips da Amazônia Indústria Eletrônica, Ltda., uma das maiores importadoras de máquinas e aparelhos eletrônicos no Brasil. Situada na zona franca de Manaus, permitindo um livre

comércio sem a cobrança de impostos nas importações, a empresa cumpre a etapa de montagem do produto final e o comercializa no Brasil, além de exportá-lo.

Em segundo plano, mas com um crescimento significativo, a importação de produtos da indústria química perdeu um pouco de participação na pauta importadora, embora tenha apresentado um volume de comércio maior. Em 2001, o Brasil importou US\$ 207 mi destes produtos, alcançando em 2008 quase US\$ 2,2 bi. Com a entrada da China na OMC, esta conseguiu conquistar o mercado brasileiro em alguns produtos. Antes exportadores importantes de materiais eletro-eletrônicos para o Brasil, alguns países do Sudoeste Asiático tiveram suas vendas deslocadas para a China que também possui transacionais do ramo eletrônico através da integração vertical. Este deslocamento contribuiu enormemente para os valores apresentados na série. Somente a seção XVI da NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL) - que engloba os capítulos referentes a máquinas e aparelhos elétricos, de gravação, suas partes e etc. - apresentou um aumento de 1682% do início da série até o final. Tendo importado US\$ 561,7 mi em 2001, o Brasil importou mais de US\$ 10 bi em 2008. Esse aumento registra o quão importante é a importação de manufaturados chineses para o país.

A partir destes dados e do cálculo do índice de Grubel & Lloyd,

$$Bi = (Xi + Mi) - | Xi - Mi | / (Xi + Mi)$$

percebe-se um evidente enfraquecimento do comércio intra-industrial nos produtos manufaturados.

Índice de Grubel & Lloyd	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Básicos	0,23	0,27	0,24	0,20	0,11	0,07	0,08	0,13
Semi-manufaturados	0,55	0,41	0,20	0,42	0,53	0,79	0,96	0,81
Manufaturados	0,62	0,51	0,56	0,38	0,34	0,21	0,17	0,15

QUADRO 5.5 – ÍNDICE DE GRUBEL & LLOYD DA RELAÇÃO BRASIL-CHINA POR FATOR AGREGADO – 2001 A 2008

FONTE: Alice Web – Elaboração própria

Enquanto a China aumentou consideravelmente suas exportações destes produtos para o Brasil (de US\$ 1,05 bi para US\$ 16,28 bi) entre 2001 e 2008, o

Brasil não acompanhou da mesma maneira seu parceiro comercial (aumentando de US\$ 469 mi para US\$ 1,32 bi) no período. Estes dados refletem o comércio tipicamente inter-industrial que vem sendo construído entre as duas nações.

Em relação aos produtos semi-manufaturados, nota-se um maior fluxo de comércio nos dois sentidos da indústria. Após uma redução do índice no início da década (indicando um comércio inter-industrial), o comércio volta a ser intra-industrial a partir de 2005. De acordo com os dados de exportação e importação do Alice Web, o que explica essa peculiaridade é o aumento do comércio de produtos como couro, plástico, borracha, madeira e seus derivados. Embora não apresente números impactantes, a comercialização de metais comuns como ferro, alumínio e aço também aumentou nos dois sentidos.

Os produtos básicos apresentam baixos índices de Grubel & Lloyd. Além de o comércio sino-brasileiro ser primordialmente conduzido pelas teorias de vantagem comparativa e dotação de fatores, tais produtos normalmente apresentam baixos índices em função de uma maior dificuldade na diferenciação de produtos. Neste sentido, sem a possibilidade de conquistar mercados via inovação e diferenciação, a tendência é de que este comércio seja fundamentalmente inter-industrial.

6. DETERMINANTES DO COMÉRCIO

A partir do final da década de 90, a China deslocou o eixo da economia mundial, antes situada na tríade composta por EUA, Europa e Japão. Com o intenso crescimento e desenvolvimento chinês, o PIB do país asiático tornou-se até mesmo superior ao PIB dos EUA, resultando em saldos comerciais crescentemente favoráveis em relação ao resto da economia mundial, principalmente após a entrada do país na OMC em 2001.

Este desenvolvimento é em grande parte decorrente da evolução da especialização da economia chinesa. Com uma crescente sofisticação das exportações, a China vem se especializando em importar bens intermediários e exportar bens finais. Com um notório crescimento, e sua significativa população, o país vem despertando muito interesse no âmbito do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), explicado pelo modelo de industrialização adotado. Assim, parte essencial da estratégia de industrialização chinesa se deve à alta capacidade de atração de IDEs, os quais aumentaram de US\$ 1,4 bi em 1984 para US\$ 72,4 bi em 2005 (UNCTAD, 2007).

Este significativo investimento pode ser explicado pela criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) – que buscam o desenvolvimento econômico e tecnológico através de acesso à tecnologia estrangeira - mecanismo muito importante da política industrial do país, que permite um aumento das exportações chinesas assim como facilita as importações. Segundo a câmara de comércio Brasil-China, com a criação das ZEE's, grande parcela das empresas são constituídas de capital tanto nacional quanto estrangeiro, voltadas diretamente às exportações.

Aliada à estratégia das ZEE's, a partir da década de 90 o governo chinês também promoveu a existência de zonas francas com intuito de aumentar a abertura ao exterior para atrair mais capital estrangeiro, com políticas especiais de impostos alfandegários. Com o ingresso da China na OMC em 2001, o país abriu seu mercado para importações, permitindo a entrada de capital estrangeiro em setores da economia antes protegidos. Mesmo assim, somente com o maior acesso dos produtos chineses no mercado mundial, essa relação de *tradeoff* parece ter sido benéfica para a China. Diante da necessidade de aceitar os termos da OMC, a China teve que reduzir drasticamente suas tarifas em média de 25% para 9%,

removendo barreiras não tarifárias e desfazendo-se gradativamente de quotas e licenças de importação (Câmara Brasil-China, 2006).

Determinada a investir em tecnologia para crescer a economia do país, a China priorizou gastos em educação e aprendizado tecnológico através de centros e institutos de pesquisa de desenvolvimento tecnológico como instituições determinantes de competitividade e crescimento econômico. Outra estratégia se refere ao investimento em Universidades e programas de intercâmbio estudantil, onde alunos chineses são enviados para as melhores escolas do mundo e retornam com conhecimentos de ponta para favorecer a indústria nacional. Por fim, a China obriga qualquer empresa estrangeira que queira se instalar no país a concretizar um vínculo com alguma empresa nacional, para que esta possa usufruir da tecnologia disponível. Tais medidas são fundamentais no processo de avanço tecnológico e aumento da capacidade competitiva do país (Câmara Brasil-China 2004).

Um determinante na análise é a política cambial chinesa, a qual, desde 1994, vem promovendo uma desvalorização real da moeda. Nesse sentido, este regime cambial permite à China alcançar ganhos de competitividade significativos ao setor exportador – já que seus produtos são mais baratos no mercado internacional - contribuindo para o desempenho da economia chinesa nos últimos anos.

No que se refere ao Brasil, o início da década de 90 marca um período de alta inflação no país. Para combater o processo inflacionário, o governo estabeleceu medidas como a abertura comercial e a valorização do câmbio. Entretanto, esta valorização cambial refletia um déficit no saldo das transações correntes. Para controlar este problema, havia a necessidade de uma atração de capital no curto prazo. Neste sentido, o governo se via diante de uma estratégia forçada para aumentar o saldo da balança comercial.

Grande parte deste crescimento se deu após o ano de 2000. De acordo com o CINDES (Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento), até 2005, as exportações totais do Brasil cresceram 16,5% a.a., e as importações 5,7% a.a., enquanto a taxa de crescimento média anual do comércio com a China foi de 44,5% para exportações e 34,4% para importações. Dentre os principais parceiros comerciais do Brasil, a pauta de exportações com a China é a mais concentrada. O complexo siderúrgico e o complexo soja corresponderam a aproximadamente 70% das exportações em 2005. Este elevado índice pode ser explicado pelo fato do governo chinês ter aplicado uma política visando privilegiar as importações de bens-

primários, investindo em unidades esmagadoras de soja próximas aos portos. Tal iniciativa reduziu as importações de óleo e resíduos de soja em favor da expansão de grãos de soja.

Já as importações brasileiras da China são menos concentradas. Mesmo assim, podem ser caracterizadas em três grandes grupos: Máquinas e equipamentos, químicos e produtos da indústria têxtil. Tendo como base o ano de 2005, químicos e têxteis corresponderam a 14% e 12% respectivamente. Com grande destaque, a importação de máquinas e equipamentos refletiu 46% das importações brasileiras da China.

A inserção brasileira no mercado internacional reflete uma busca por saldos superavitários na balança comercial, sem se preocupar a exemplo da China com a questão de inovação em tecnologia e competitividade dos setores industriais. Assim, o Brasil deu prioridade à exportação de *commodities* e produtos de baixa intensidade tecnológica para recuperar o saldo negativo da balança comercial. O Brasil ainda explora o comércio no que tange à pobreza da expressiva população e conseqüentemente demanda chinesa de produtos básicos. A exportação de alimentos, metais e minérios para a China permitiram que o Brasil alcançasse superávits comerciais nos últimos anos, e atendesse a demanda oriunda do forte ritmo de crescimento daquela economia.

Sendo grandes economias de países em desenvolvimento, Brasil e China apóiam-se nas vantagens comparativas refletindo um padrão de comércio predominantemente inter-industrial. Com o intenso crescimento chinês no cenário internacional, a relação comercial com o Brasil foi significativamente afetada. Segundo o CINDES, entre 1995 e 2005, o intercâmbio comercial entre os dois países foi multiplicado por cinco, enquanto as relações comerciais do Brasil com o resto do mundo apenas dobrou. O alto dinamismo das importações e exportações brasileiras pode explicar o porquê deste aumento, reflexo também de um forte crescimento dos fluxos de mercadorias.

A relação Brasil-China vem apresentando constante crescimento nos valores totais comercializados nos últimos anos. Sendo o Brasil o país em desenvolvimento que mais cresce nas Américas, e a China país em desenvolvimento que mais cresce no mundo, a tendência é que haja uma continuidade no aumento do fluxo comercial entre os países. Além de um aumento substancial nas exportações e importações na relação, percebe-se um aumento no *market-share* brasileiro de produtos chineses,

assim como o inverso também ocorre. Sendo nações em desenvolvimento, tanto Brasil quanto China continuam se posicionando de maneira convergente em questões diplomáticas, o que permite uma aproximação no âmbito das relações comerciais.

Diversos estudos realizados durante a década de 2000 são enfáticos em dizer que há uma grande possibilidade de comércio ainda não aproveitada por esses dois países. Em decorrência da ampla distância geográfica, muitos setores não registram os níveis de comércio que poderiam alcançar, embora a relação tipicamente inter-industrial coloque obstáculos para que o Brasil aumente as exportações de manufaturados para a China. Ainda predominantemente composta de produtos manufaturados, as importações destes produtos podem sofrer uma redução nos próximos anos, mesmo que seu volume continue aumentando em função do aumento de IDEs voltados a produtos intensivos em tecnologia no país.

De acordo com Paul Liu, fundador e presidente da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico, as exportações para a China não devem sofrer grandes alterações. Embora a pauta de exportações brasileira para a China ainda seja concentrada em poucos produtos intensivos em trabalho, uma notícia veiculada no site da APEX-BRASIL (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), indica que existe um grande potencial de vendas de produtos brasileiros com maior valor agregado. Uma análise de prospecção de mercado realizada em 52 cidades chinesas detectou uma possível expansão de vendas em setores como construção civil, máquinas e equipamentos, e alimentos e bebidas, além de setores tradicionais como cereais, carne e minérios. Estes setores apresentam produtos em que o Brasil exporta para o resto do mundo, assim como a China importa de outros países, sem haver significativa troca na relação sino-brasileira. Desta forma, nota-se que há um grande potencial para um crescimento das exportações de produtos semimanufaturados e manufaturados. Tal oportunidade pode levar o Brasil a aumentar a intensidade tecnológica de suas exportações para a China.

Com a elevada taxa de crescimento econômico chinesa evidenciada nos últimos anos, o país alcançou uma melhoria na *renda per capita* de sua população, assim como em sua distribuição e vem demonstrando uma acelerada urbanização. Segundo previsões, a China deve ter aproximadamente metade de sua população vivendo em centros urbanos no ano de 2015, contra 42,3% em 2007

(taipeitimes.com). Este deslocamento para as cidades irá corresponder a quase 150 milhões de novos habitantes na população urbana. Nesse sentido, aumentará a necessidade de demandar recursos de energia e insumos para a construção civil naquele país. Aço, ferro e cobre são produtos essenciais para esta nova fase da economia chinesa e correspondem a bens exportados pelo Brasil para o país asiático. De acordo com a notícia da APEX-BRASIL, a importação destes bens tende a aumentar significativamente assim como pode contribuir com a importação de outros bens de maior valor agregado relacionados a estes.

Um cenário resultante dessas tendências é que as economias de Brasil e China podem ser complementares. Grande exportador de produtos básicos para a China, o Brasil pode continuar no papel de fornecedor de alimentos e energia para os chineses que necessitam destes bens em decorrência de sua volumosa população. Além da importância de bens como a soja e o minério de ferro, o petróleo pode se tornar mais importante na pauta de exportação brasileira para a China nos próximos anos. O Brasil vem se firmando como um grande produtor de petróleo ao mesmo tempo em que a China é um grande produtor de equipamentos para o setor de combustíveis. Embora não haja interesse do Brasil em ser um grande exportador de petróleo bruto, o país poderia especializar-se na produção de gasolina gerando valor agregado internamente. A China por sua vez, poderia participar desta produção com suas grandes estatais, fabricando seus equipamentos no próprio Brasil (Câmara Brasil-China).

Tendo por base o período 2001-2008, percebe-se que houve um aumento da participação de produtos semimanufaturados na pauta de exportação chinesa para o Brasil. Isto reflete a tendência de diversificação da pauta importadora brasileira. Sendo praticamente auto-suficiente na produção de *commodities* para consumo interno, o Brasil não deve aumentar a parcela de produtos básicos em suas importações da China. Nesse sentido, o crescimento das importações de bens semimanufaturados deve ser ainda mais significativo nos próximos anos. Todavia, segundo publicação no site do Conselho Empresarial Brasil-China, somente uma intensificação de investimentos mútuos permitirá uma maior diversificação da pauta comercial sino-brasileira.

Seguindo esta metodologia, a China vem investindo fortemente em investimentos diretos no exterior. De acordo com metas estabelecidas pelo governo chinês, uma área importante para investimento são os projetos de infra-estrutura

para países em desenvolvimento. Segundo notícia da Câmara Brasil-China, este capital estaria sendo direcionado para setores como telecomunicações, mineração, siderurgia, metalurgia, eletroeletrônicos, farmacêutico, etc. Embora existam vários projetos em andamento nesse segmento no Brasil, os investimentos diretos advindos da China no país são escassos se comparados aos realizados em outros países, comprovando a capacidade ociosa existente na relação bilateral. Partindo do pressuposto de que é necessário um aumento dos investimentos para qualificar a relação, negociações entre empresas brasileiras e chinesas vêm sendo concretizadas para fortalecer o interesse de IDEs.

A partir destas relações, é possível que se observe uma aproximação política entre os dois países, já que estes demonstram posicionamentos similares em diversas questões internacionais. Com o objetivo de defender o grupo de países em desenvolvimento, Brasil e China devem manter argumentos semelhantes em discussões referentes ao exterior em função de respeitarem a integridade das nações, a não interferência em assuntos internos, etc. No entanto, embora convergentes em diversos aspectos, Brasil e China possuem objetivos específicos diferentes nas negociações da Rodada de Doha (OMC), o que não deve inviabilizar um crescimento do comércio entre as nações.

Mesmo com o crescimento constante das exportações brasileiras de *commodities* para a China, e com o elevado preço destes produtos no mercado internacional – gerando superávits comerciais crescentes – o Brasil pode e deve investir na exportação de manufaturados para a China. Embora ainda não exista uma forte tendência nesse sentido, o aumento de investimentos diretos no país é fundamental para auxiliar neste processo. Exportador de manufaturados para o resto do mundo (45% da pauta em 2008), o Brasil exportou somente 8% destes bens para a China no mesmo ano. No longo prazo, este potencial deverá ser devidamente utilizado através de investimentos chineses no país, assim como uma melhora na base produtiva brasileira através de um aprimoramento e avanço tecnológico em suas indústrias.

7. CONCLUSÃO

A partir da análise dos dados do comércio entre Brasil e China, percebe-se uma relação do tipo inter-industrial, numa tendência divergente daquela observada nas relações com o resto do mundo. Esses países apresentam evidências empíricas que confirmam as teorias convencionais de comércio que explicam as relações comerciais através das vantagens comparativas e dotação de fatores em sua relação bilateral. Nesse sentido, a comercialização se dá basicamente com exportações brasileiras de básicos e importações de manufaturados, especialmente dos intensivos em tecnologia.

Com o expressivo crescimento chinês nos últimos anos, tornando o país uma das maiores potências do mundo, o volume comercializado entre China e Brasil aumentou significativamente no período recente. Embora com uma pauta de exportação muito concentrada em produtos básicos sem grande valor agregado, o Brasil alcançou superávits comerciais até 2007 no comércio com a China. A pauta exportadora brasileira não sofreu grandes alterações nas últimas duas décadas quando é perceptível o peso dos produtos semimanufaturados e básicos, os quais constituíram a essência das exportações para a China. Sendo assim, não ocorreu nenhum *up-grading* significativo da pauta exportadora, seja na diversificação dos produtos exportados, seja na incorporação de bens mais elaborados tecnologicamente.

Se a participação dos produtos por fator agregado não apresentou mudanças impactantes, o fluxo comercial aumentou em praticamente todos os setores. No que se refere às importações brasileiras da China, há uma forte concentração de produtos manufaturados na pauta. A China, exportadora de manufaturados para o resto do mundo, aplica sua estratégia de exportações com o Brasil. Embora as importações brasileiras oriundas da China fossem essencialmente de produtos básicos em 1989 – com uma pequena participação de manufaturados –, a partir da década de 90 esta situação se inverte, permanecendo desta forma até os dias de hoje. O alto investimento em educação e tecnologia na China permite ao país um elevado conhecimento e poder de inovação, gerando indústrias muito competitivas no mercado internacional.

Esta estratégia proporcionou ao país altas taxas de crescimento econômico e desenvolvimento industrial. O Brasil, por sua vez, não consegue exportar para a China bens manufaturados como o faz para o resto do mundo. Esta incapacidade pode ser explicada pela intenção de atingir superávits comerciais com as exportações de *commodities* sem demonstrar uma preocupação adequada com o investimento em inovação tecnológica e fortalecimento de indústrias nacionais. Com um fluxo comercial baseado em vantagens comparativas, a relação sino-brasileira pode obter ganhos potencialmente muito grandes através da expansão e intensificação do comércio. Existem oportunidades e espaços a serem ocupados para um aumento do intercâmbio comercial entre os dois países, intensificando o comércio já realizado e diversificando as pautas comercializadas.

Entretanto, essa diversificação depende fortemente de investimentos direcionados à produção de bens de maior valor agregado, assim como maior intensidade tecnológica no Brasil. Além destes fatores, a influência das políticas cambiais e de mecanismos de protecionismo (barreiras comerciais) se faz significativamente relevante na determinação da intensidade do comércio entre os países. O aumento do fluxo comercial é um desafio principalmente para o Brasil, que tem a China como um parceiro de potencializado crescimento nas relações comerciais do cenário internacional.

REFERÊNCIAS

APEX-BRASIL. **Exportação**. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/>

ANÁLISE EDITORIAL. **Entrevista: Paul Liu; Desvendando o Mercado Chinês**. Disponível em:
http://www.analisecomercioexterior.com.br/entrevistas/mercado_chines.php

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-CHINA. **A China é o principal parceiro comercial do Brasil**. Disponível em:
http://www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id_pag=5545

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Características e Possibilidades de Incremento do Comércio Bilateral Brasil-China**. Maio, 2004. Disponível em:
<http://www.sfipec.org.br/fiec-hoje/maio2004/24/CHINA%202004.pdf>

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Indústria Brasileira em Foco**. Ano 1. Nº 1. Agosto, 2009. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/acao-regional/capital-humano/2009/outubro/ind%C3%BAstria%20brasileira%20em%20foco%20n%C2%BA%2001.pdf>

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **Publicações: Carta da China; Perspectivas 2010**. Disponível em:
http://www.cebc.org.br/003/00301063.asp?ttCD_CHAVE=100476

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. **The Economics Of Technical Change and International Trade**. 1ª ed. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1990.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. **O Perfil do Comércio Brasil-China**. Disponível em: <http://www.funcex.com.br/material/rbce/79-BC-FJRHP.pdf>

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT-STIFTUNG. **As Relações Econômicas entre Brasil e China: Uma Parceira Difícil**. Janeiro, 2006. Disponível em:
<http://www.observatoriosocial.org.br/download/brasil-china.pdf>

GREENAWAY, D.; WINTERS, A. L. (Ed). **Surveys in International Trade**. 1ª ed. Cambridge: Blackwell, 1994.

GUIMARÃES, E. P. **Evolução das Teorias de Comércio Internacional**. Estudos em Comércio Exterior Vol. I, nº 2. Janeiro/Junho, 1997. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/ecex/pdfs/evolucao_das_teorias_de_comercio_internacional.pdf

HIDALGO, A. B. **Mudanças na Estrutura do Comércio Internacional Brasileiro: Comércio Interindústria x Comércio Intra-Indústria**. Ano 11, nº 20. Setembro, 93. UFRGS

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. 6ª edição, Makron Books, 2001.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Alice Web**. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Outras Estatísticas Brasileiras de Comércio Exterior**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>

OECD. **VI. Intra-industry and Intra-firm Trade and The Internationalization of Production**. 2002, OECD Economic Outlook 71.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas)

VASCONCELOS, C. R. F. **O Comércio Brasil-Mercosul na década de 90: uma análise pela ótica do comércio intra-indústria**. Revista Brasileira de Economia. Vol. 57, nº 1. Rio de Janeiro, Janeiro/Março, 2003.

VIEIRA, F. V. **China: Crescimento Econômico de Longo Prazo**. Revista de Economia Política, São Paulo. Vol. 26. Nº 3. Julho/Setembro, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300005

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Time Series**. Disponível em: <http://stat.wto.org/StatisticalProgram/WSDBStatProgramHome.aspx?Language=E>